

GOVERNADOR E DEPUTADOS CASTIGAM POPULAÇÃO COM AUMENTO DE COMBUSTÍVEL



O consumidor começou a sentir na pele, na quarta-feira (12), o aumento de 20% na alíquota do ICMS sobre a gasolina, aprovado por 15 deputados (veja os nomes na matéria) e sancionado por Reinaldo Azambuja (PSDB) em novembro passado. Em Campo Grande, o combustível subiu mais que R\$ 0,30 previsto e o litro passou a custar até R\$ 4,879. **Página 5**

REUNIÃO

ACP cobra de secretários respeito aos direitos à carreira do magistério



PÁGINA 4

SINTSS

Geraldo foi alertado sobre improbidade e gasto com terceirizados dobra



PÁGINA 8

“GRAVIDEZ NÃO É BRINCADEIRA”

Casems lança campanha de prevenção direcionada à saúde do adolescente **PÁG. 3**

SINDETRAN

Sindicato denuncia desvio de função no Detran

PÁGINA 2

COBRAPOL articula na Câmara Federal apoio para emenda à PEC Paralela

Representantes de Sindicatos de Policiais Civis de todo o País estiveram na manhã de terça-feira 11/02, reunidos na COBRAPOL (Confederação Brasileira de Trabalhadores Policiais Civis), em Brasília (DF), para apresentar aos deputados federais emenda à PEC 133/2019 (PEC Paralela da Previdência) e angariar apoio.

Da Redação

www.servidorpublicoms.com.br

Os policiais civis defendem o direito à aposentadoria dentro do princípio da isonomia com os policiais militares, assegurada a integralidade e a paridade na concessão dos benefícios. A PEC foi aprovada no Senado Federal no fim do ano passado e com o início do ano legislativo passa a tramitar na Câmara dos Deputados.

“Batemos porta por porta, a recepção foi muito boa, vários deputados fe-



Diretor do Sinpol-MS, Giancarlo Miranda e representantes da Cobracol buscam apoio dos deputados federais

derais declararam apoio e que não aceitam diferenciação nas aposentadorias dos servidores da segurança pública e vão lutar junto conosco para que possamos ter justiça em nosso direito previdenciário, uma aposentadoria digna”, assevera o vice-presidente da COBRAPOL e presidente do Sinpol-MS, Giancarlo Miranda, que seguiu a Brasília acompanhado dos diretores Paulo Queiroz e Jaime Martinelli.

A ação na Câmara Federal contou com três gru-

pos de representantes sindicais que se dividiram entre os gabinetes dos deputados e continuou na terça-feira, 12/02. “Continuaremos visitando os deputados federais por meio das comissões da COBRAPOL e esperamos que eles entendam a mensagem. Não podemos fazer segurança pública em um Estado em que um servidor tem seus direitos garantidos e outro tem tratamento diferenciado, com a família desguarnecida em várias situações, como é o caso dos policiais civis”.

Giancarlo conclama os policiais para mobilização regional que será feita nesta semana, em Campo Grande (MS), com doação de sangue, no dia 19 de fevereiro, cumprindo deliberação da COBRAPOL. “Nossa luta é por justiça, por direito inerente à nossa carreira”.

Servidores do Detran denunciam desvio de função e Sindicato pede providências

Ao fim de janeiro, servidores do Detran denunciaram ao Sindicato dos Servidores do Detran (Sindetran-MS), desvio de função dentro do órgão. Segundo os servidores, a diretoria do órgão ordenou documentalmente que os servidores procedam no emplacamento de veículos em cidades em que não existam empresas credenciadas para tal serviço.

Da Redação

www.servidorpublicoms.com.br

Imediatamente o Sindetran-MS cobrou mudança de procedimento da diretoria do órgão, sobre a ordem de desvio de função. Em ofício entregue na presidência do órgão, o Sindicato ressaltou que pela Lei Estadual nº 3.841 de 29 de dezembro de 2009, que regula a carreira de fiscalização e Gestão de Atividade de Trânsito, não há atribui-



O Detran já foi penalizado em situação similar

ção de emplacamento de veículos para as três categorias funcionais de Gestor de Atividade de Trânsito, Assistente de Atividade de Trânsito, agente Conductor de Veículos e Agente de Atividade de Trânsito.

O documento ainda lembra que o Detran já foi penalizado em situação similar, quando obrigou um Assistente de Atividade de Trânsito a realizar vistoria veicular, que está fora de suas atribuições.

A Resolução do Contran e a Portaria do Detran que instituiu a nova PIV

(placa de identificação veicular), determinam a exclusão do Detran de todo processo de emplacamento, como forma de desburocratização. “Ao obrigar que servidores façam esse serviço, sem sequer terem como dispor de parafusos e ferramental, o Detran infringe a própria norma”, explica o presidente do Sindetran-MS, Octacílio Sakai Junior.

Ainda sem resposta da presidência do Detran, o tema seria uma das pautas da Assembleia Geral do Sindetran-MS, que ocorreu sábado (15/02).

servidorpublico.MS

Jornalista Responsável:
Cláudio Souza – DRT 411-MS

Contato:
(67) 99925-79847

E-mail: servidorpublico.ms@gmail.com

Avenida Guaicurus, 4147 – Jardim Campo Alto
Campo Grande (MS) – 79062-310



GUAICURUS
GRÁFICA RÁPIDA
3387-9448 - 991042489 - 99344-1179

CARIMBO AUTOMÁTICO



R\$ 30,00

Carimbo automático
Nikon 301 / 302

Cassemis lança campanha de prevenção e linha de cuidado direcionada à saúde do adolescente

|| Na quinta-feira (14), a Caixa de Assistência dos Servidores do Estado de Mato Grosso do Sul (Cassemis) lançou a campanha de prevenção à gravidez precoce, “Gravidez não é Brincadeira”. Na ocasião, o presidente da Cassemis, Ricardo Ayache, e a diretora de Assistência à Saúde, Maria Auxiliadora Budib, apresentaram números referentes à gestação na adolescência. Além disso, foi realizada a abertura da linha de cuidado “Pode Crê”, direcionada à saúde dos adolescentes beneficiários do plano de saúde.

Da Redação

www.servidorpublicoms.com.br

A campanha de conscientização “Gravidez não é Brincadeira” consiste em disseminar informações para a sociedade em geral sobre o fenômeno da gravidez precoce, suas consequências e como realizar a prevenção em saúde. Ainda, a linha de cuidado “Pode Crê” é direcionada para o público jovem assegurado pelo plano de saúde, com atendimento médico, nutricional e psicológico, na Clínica da Família da Cassemis.

Ricardo Ayache explica que o plano de saúde se preocupa em criar uma assistência integral aos beneficiários. “Agora, temos uma linha de cuidado voltada para o público jovem e queremos ter um olhar mais atencioso para a prevenção da gravidez na adolescência. Nesse período de formação e escolha de caminhos que os adolescentes vivem, o nosso trabalho é voltado para a pro-

moção à saúde”.

De acordo com Maria Auxiliadora Budib, a linha de cuidado “Pode Crê” estará disponível para os jovens beneficiários, de 13 a 18 anos, às quartas-feiras, das 16h às 20h, na Clínica da Família. “Começaremos a trabalhar com essa linha de cuidado em maio, vamos chamar os adolescentes assegurados pelo plano de saúde e eles serão acompanhados por profissionais da saúde a cada quatro meses, com rodas de conversa semanais, oficinas, uma programação inteiramente dedicada a eles”.

Maria Auxiliadora continua, explicando que a melhor maneira de evitar a gravidez na adolescência é trabalhar a prevenção, por meio dos métodos contraceptivos existentes. “Precisamos mostrar para os jovens todas as formas de anticoncepção, para que eles se sintam seguros e tenham acesso à prevenção. Junto de uma equipe médica, munindo os pacientes de informações, é necessário encontrar o contraceptivo mais adequado”.

A médica ginecologista e obstetra Tatiana Serra explica que é importante incluir, também, os meninos no debate sobre a prevenção da gravidez na adolescência e os cuidados com a saúde. “A Cassemis busca incluir os meninos neste programa de cuidados, para que eles conheçam o próprio corpo e tenham acesso à informação. Vamos iniciar um diálogo sobre crescimento, desenvolvimento e sexualidade”.



“Agora, temos uma linha de cuidado voltada para o público jovem e queremos ter um olhar mais atencioso para a prevenção da gravidez na adolescência”.

Ricardo Ayache
Presidente da Cassemis

SERVIÇO

Para ter acesso à linha de cuidado “Pode Crê”, o beneficiário pode entrar em contato com a Clínica da Família Cassemis por meio do número (67) 3322-3400. A unidade se encontra na R. Vinte e Cinco de Dezembro, 1231 – Centro.

Vanessa Chaves Miranda, médica ginecologista e presidente da Associação de Ginecologia e Obstetrícia de Mato Grosso do Sul (Sogomat-Sul) reitera que a informação é a melhor maneira de oferecer segurança e cuidado aos jovens. “Os adolescentes, pela própria imaturidade da idade e o sistema emocional e psíquico, se expõem mais a algumas situações, por ainda estarem em um processo de instabilidade”.

Segundo Hilda Guimarães, gerente de saúde da mulher na Secretaria Estadual de Saúde (SAS), a campanha de conscientização da Cassemis vai ao encontro das políticas públicas para a mulher no Estado. “Com



O plano de saúde prevê uma linha de cuidado multidisciplinar com foco na prevenção de patologias e promoção da qualidade de vida

a prevenção em saúde, fazemos com que nossos adolescentes tenham condições de ter uma vida saudável, tomando as melhores decisões para sua vida, com planejamento e informação”.

Claudia Szukala, coordenadora de Psicologia da Cassemis, reafirma a importância do serviço de Psicologia presente nas atividades direcionadas para os jovens. “Com as rodas de conversa para jovens do plano de saúde, é possível detectar as principais questões que afetam os jovens e, se for o caso, encaminhar para a Psicoterapia.

Este é o momento de olhar para os adolescentes, perceber as suas dúvidas e realizar a promoção em saúde”.

A conselheira administrativa da Cassemis, Ceres Gonçalves Zambon, salienta que há uma série de questões a serem abordadas com os jovens e o olhar do plano de saúde para esse público é fundamental. “O cuidado da Cassemis com os jovens é diferenciado, pois só com educação, informação e cuidado conseguimos impactar positivamente a vida dos adolescentes e promover a prevenção em saúde”.

ACP se reúne com secretários municipais de Educação, Gestão e Finanças cobrando respeito aos direitos e à carreira do magistério

|| A diretoria da ACP esteve em duas reuniões na quinta-feira (13) com secretários municipais para tratar de assuntos de interesse da categoria.

Da Redação

www.servidorpublicoms.com.br

Pela manhã, o presidente do sindicato, professor Lucílio Nobre, a vice-presidente, professora Zélia Aguiar, e os diretores Weld de Carlos, Lilian Teles e Gilvano Bronzoni estiveram na Semed (Secretaria Municipal de Educação), reunidos com a secretária Elza Fernandes, a secretária-adjunta, Soraia Campos, e a superintendente Alélis Gomes.

Na pauta foram cobrados pelo sindicato mais agilidade no processo de lotação de professores para aulas temporárias e processo seletivo para professor coordenador pedagógico.



Representantes da ACP durante reunião com secretários municipais

REUNIÃO SOBRE PROMOÇÕES FUNCIONAIS

No período vespertino, a ACP esteve na Seplanfic (Secretaria de Planejamento e Finanças), reunida com os secretários de Gestão, Agenor Mattiello; e de Finanças, Pedro Pedrossian Neto.

A cobrança do sindicato foi quanto à suspensão da publicação e pagamento dos direitos referentes às promoções funcionais, previstas na Lei Complementar 19/1998, que trata da Carreira do Magistério.

Questionados pelos diretores da ACP, os secretários municipais afirmaram que ainda durante o mês de fevereiro pretendem apresentar uma resposta para cumprir o que está disciplinado em lei.

Quanto aos retroativos das promoções funcionais que foram suspensas por Decretos, a ACP cobra judicialmente, por meio da ação N. 0840510-53.2016.8.12.0001. “Já executamos a ação e a petição está concluída para decisão do Juiz”, explica a advogada do sindicato, Maria Teresa Delalíbera Leite.

“A ACP está sempre alerta e em luta na defesa dos direitos dos profissionais da educação. Todas as conquistas que tivemos até agora são fruto dessa vigilância e da união da categoria. Seguimos cobrando o cumprimento da legislação quanto aos nossos direitos, da mesma maneira que os professores cumprem seu papel na construção da educação pública de Campo Grande”, finaliza Zélia.

SEGUNDO A SEMED, A FALTA DE PROFESSORES NAS ESCOLAS ESTÁ OCORRENDO DEVIDO ÀS SEGUINTE SITUATÇÕES:

- Licenças médicas;
- Professores que fizeram o processo seletivo para região diferente do domicílio, e rejeitam aulas em unidades distantes da residência;
- Alguns professores não aceitam aulas fragmentadas;
- Lotações rejeitadas por serem decorrentes de licenças médicas;

A SEMED AFIRMOU QUE SEGUIRÁ PROCEDENDO A LOTAÇÃO CONFORME ABAIXO:

- Todos os professores serão chamados pelo banco de dados, inclusive EJA e atendimento pedagógico domiciliar;
- As chamadas estão sendo feitas e as listas publicadas;
- Força-tarefa ininterrupta até no final de semana, para sanar todas as demandas das escolas que estão com falta de professores.

Diante das respostas da Semed, a diretoria da ACP afirmou que seguirá acompanhando o processo seletivo. “Mesmo com as considerações apresentadas, a ACP continuará cobrando agilidade na atribuição de professores; visitará escolas, acompanhando o processo de lotação, e cobrando ainda que a secretaria adote todas as medidas necessárias para que não haja prejuízo à comunidade escolar por falta de professores, e mantenha a lisura do processo seletivo”, afirma o presidente da ACP, Lucílio Nobre.

Durante a reunião, o sindicato cobrou ainda a abertura de processo seletivo para professor coordenador. A secretária Elza assumiu o compromisso de proceder a chamada dos que estão no banco de dados, até o final da lista. Posteriormente, realizará novo processo.

“A ACP acrescentou que é necessário reconhecer as fragilidades do processo, corrigir as falhas existentes, sem responsabilizar professores e diretores escolares pelos transtornos ocorridos”, afirma Lucílio Nobre.

Com ICMS maior, gasolina chega a R\$ 4,87 e Reinaldo Azambuja coloca o Procon para “minimizar maldade”

O consumidor começou a sentir na pele, na quarta-feira (12), o aumento de 20% na alíquota do ICMS sobre a gasolina, aprovado por 15 deputados (confira os nomes na foto ao lado) e sancionado por Reinaldo Azambuja (PSDB) em novembro passado. Em Campo Grande, o combustível subiu mais que R\$ 0,30 previsto e o litro passou a custar até R\$ 4,879.

Da Redação

www.servidorpublicoms.com.br

Para “minimizar a maldade” e colocar os donos de postos como vilões, o tucano mandou o Procon fiscalizar o reajuste no preço do produto. Apenas de manhã, a equipe comandada por Marcelo Salomão, superintendente regional do órgão, multou dois estabelecimentos. O primeiro elevou o valor mesmo vendendo o produto estocado e adquirido com valor antigo.

Salomão explicou que é abusivo o posto reajustar o preço da gasolina adquirida com a alíquota menor. Ele avisou que também vai conferir a redução no valor do etanol, que teve o ICMS reduzido em 20%. A expectativa do sindicato é que o preço tenha queda de R\$ 0,16.

Na contraofensiva, os donos de postos divulgaram panfletos com o lema “O aumento é do imposto, não do posto”. O Sinpetro (Sindicato do Comércio de Derivados do Petróleo) explica que só está cumprindo a lei, sancionada por Reinaldo, que elevou a alíquota do ICMS da gasolina de 25% para 30%.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE MATO GROSSO DO SUL		11:35:34 00:00				
13/11/2019 PROJETO DE LEI nº 283/2019 PODER EXECUTIVO		Sim 15	Branco 0			
Nominal -		Não 5	Total Votos 20			
ANTONIO VAZ	REPUBLICA S	GERSON CLARO	PP	MARCIO FERNANDES	MDB	S
BARBOSINHA	DEM	HERCULANO BORGES	SOLID.	NENO RAZUK	PTB	S
CABO ALMI	PT	JAMILSON NAME	PDT	ONEVAN DE MATOS	PSDB	S
CAPITÃO CONTAR	PSL	JOÃO HENRIQUE	PL	PAULO CORRÊA	PSDB	S
CORONEL DAVID	PSL	LIDIO LOPES	PATRI	PEDRO KEMP	PT	S
EDUARDO ROCHA	MDB	LONDRES MACHADO	PSD	PROFESSOR RINALDO	PSDB	S
EVANDER VENDRAMINI	PP	LUCAS DE LIMA	SOLID.	RENATO CÂMARA	MDB	S
FELIPE ORRO	PSDB	MARÇAL FILHO	PSDB	ZÉ TEIXEIRA	DEM	S

Confira os deputados que votaram pelo aumento da gasolina: eles vão pedir voto para os prefeitos aliados neste ano (Foto: Arquivo)



Para desviar o foco, Reinaldo põe o Procon para pressionar por redução e coloca donos de postos como vilões do aumento da gasolina (Foto: Marcos Maluf/Campo Grande News)

“Portanto, não se trata de aumento de preço cobrado pelos postos, e sim aumento do imposto. Sendo assim, fique atento e saiba a quem cobrar!”, recomenda, sem citar o governador do Estado. Até o presidente da República, Jair Bolsonaro (sem partido), fez questão de isentar a Petrobras do aumento e responsabilizar os governadores pela gasolina cara.

De acordo com o diretor do sindicato, Edson Lazarotto, o objetivo é “apenas de mos-

trar ao consumidor que não se trata de aumento de preço do combustível, e sim para atender a Lei 5434 sancionada pelo Governo Estadual.

O fenômeno comum em outros reajustes se repetiu – postos suspendem as promoções e elevam o produto com base no preço da tabela. O posto no Conjunto Aero Rancho passou a vender o litro da gasolina comum a R\$ 4,548 no débito ou dinheiro. Para o pagamento a prazo, o litro do combustível passou para R\$ 4,779 (co-

O aumento é **IMPOSTO** não do **POSTO**

- 30% - Preço na Refinaria
- 30% - ICMS
- 14% - Impostos Federais
- 14% - Custo Etanol Anidro
- 12% - Revenda
- Média na Capital 7%

Fonte: Petrobras 2020

O Sinpetro - Sindicato do Comércio Varejista de Derivados de Petróleo e Lubrificantes de Mato Grosso do Sul - esclarece que o aumento de R\$ 0,24 no preço do litro de gasolina, que passará a vigorar a partir do dia 12 de fevereiro, é resultado de decreto aprovado pela Assembleia Legislativa e sancionado pelo Governo do Estado, em novembro do ano passado. A Lei 5.434, sancionada naquela ocasião, aumenta alíquota do ICMS sobre o produto para 30%.

Portanto, não se trata de aumento do preço cobrado pelos postos, e sim aumento do imposto. Sendo assim, fique atento e saiba a quem cobrar!

Preço médio pode chegar a R\$ 5,00 (Fonte: ANP e Sinpetro/MS)

Sindicato faz campanha educativa contra a propaganda do Governo tucano: aumento é por causa do imposto, não do posto (Foto: Valdenir Rezende/Correio do Estado)

mum) e R\$ 4,879 (aditivada).

Outro estabelecimento no Bairro Guanandi passou a fazer promoção de gasolina a R\$ 4,54 à vista ou no débito e R\$ 4,699 para pagamento no crédito. Outro posto elevou a promoção a R\$ 4,539.

O reajuste acima de R\$ 0,30 chocou ainda mais a população, alarmada com a falta de sensibilidade de Reinaldo, que aprovou o reajuste de 16,37% no próprio salário, dos secretários, de juízes,

promotores e conselheiros do Tribunal de Contas. Agora, ele eleva o tributo do combustível para tentar equilibrar as finanças.

Na quarta-feira também passaram a valer as novas alíquotas do Fundersul, que tiveram correção de até 71% sobre boi, grãos, madeira e cana-de-açúcar. Ou seja, além do impacto da gasolina, o preço da carne pode subir nos próximos dias em decorrência do pacote aprovado pelo tucano com o apoio de 15 deputados.

SINDIJUS emite nota de repúdio a ofensa de ministro aos Servidores Públicos

O Sindicato dos Trabalhadores do Poder Judiciário de Mato Grosso do Sul (SINDIJUS-MS) manifesta seu repúdio à grave ofensa proferida contra todos os servidores públicos do nosso País em discurso do ministro da Economia, Paulo Guedes, ao defender uma Reforma Administrativa que objetiva retirar direitos constitucionalmente previstos que culminarão no sucateamento do serviço público, tudo em busca da precarização e terceirização das condições de trabalho tendo como prejudicada toda a população brasileira, verdadeira destinatária dos serviços públicos prestados.

Da Redação

www.servidorpublicoms.com.br

Distorcendo institutos como o da estabilidade, que visou dar segurança aos servidores públicos contra desmandos políticos e compensar a inexistência de FGTS (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço), trazendo dados fantasiosos so-



Ministro da Economia ofendeu os servidores públicos do País

bre reajustes, sem considerar que a maioria dos servidores públicos estão sem reposição inflacionária há vários anos e que recente interpretação do Supremo Tribunal Federal (STF) negou o direito a mera recomposição inflacionária prevista expressamente na Constituição Federal (CF), sem ponderar que a maior parte dos servidores, muitas vezes no âmbito municipal, recebem salários extremamente baixos, sendo injusta qualquer genera-

lização, conforme nos ensina a história quando surgiu um suposto “caçador de marajás”.

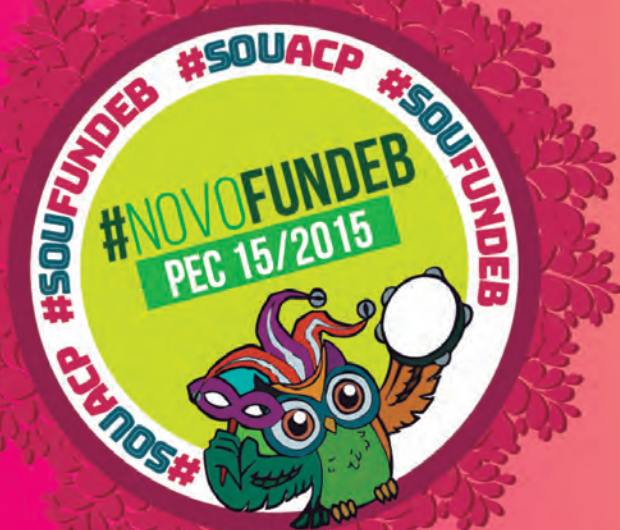
Mesmo após obter aprovação de uma nova Reforma da Previdência que em seu projeto inicial sequer previa regra de transição aos servidores públicos e acabou dificultando e diminuindo ainda mais o direito a aposentadoria, o representante do governo insiste em acusar os servidores públicos de terem “generosas aposen-

tadorias” omitindo o fato de que não existe integralidade e paridade aos servidores que ingressaram no serviço público desde 2003, e que desde 2012 estão vinculados ao teto do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) tendo que contribuir para uma aposentadoria complementar para obter proventos maiores. Frisando que o servidor público é o único trabalhador que continua pagando a previdência mesmo após ter se aposentado, contribuindo até o fim de sua vida.

Enfim, ao invés de travar batalha contra as verdadeiras causas das dificuldades orçamentárias, como os desvios e superfaturamentos causados pela corrupção, as regalias direcionadas às autoridades políticas, excessos de cargos comissionados com altos salários, onde se pode incluir a destinação de fundos públicos bilionários para campanhas eleitorais, o ministro opta por culpar os servidores que prestam o serviço público à popula-

ção, cuja ampliação e melhoria deveria ser o verdadeiro objetivo final do governo, ao invés de cortar gastos visando remunerar ainda mais os verdadeiros parasitas, que sugam toda a riqueza do País e da população sem trabalhar: os bancos.

Estamos prontos para o debate democrático de ideias, porém repudiamos qualquer forma de ofensa, mentira ou desinformação que vise demonizar os servidores públicos e colocá-los como vilões, quando na verdade estamos sofrendo diariamente para prestar um serviço à sociedade sem a devida valorização, com quadro de funcionários defasado e estrutura sucateada. Lutaremos pela defesa do serviço público de qualidade, pela valorização do concurso público ameaçado pela terceirização e precarização, cientes da importância do servidor público para toda a população, com a responsabilidade de trazer Segurança, Educação, Saúde, Serviços e JUSTIÇA a todos.



CARNAVAL DA EDUCAÇÃO
21.02 13H PRAÇA DO RÁDIO
SEXTA-FEIRA

#SOUACP #NOVOFUNDEB
#SOUFUNDEBPERMANENTE



ACP
ASSOCIAÇÃO DOS PROFESSORES DE EDUCAÇÃO PÚBLICA DE MATO GROSSO DO SUL
DESDE 1952

Nossa Luta Não Para!



FETEMS
FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO DE MATO GROSSO DO SUL



CPE
CONSELHO PROFISSIONAL DE EDUCAÇÃO DE MATO GROSSO DO SUL

Sicoob Ipê cresce 63% no ano e vira destaque regional

|| Com o crescimento de 63,31% no incremento de recursos em 2019, o Sicoob Ipê tornou-se destaque do Sicoob Central Rondon. A direção da Cooperativa recebeu o reconhecimento pelo excelente resultado durante a festa de premiação da Campanha Acelera Império, realizada em Cuiabá, no último de 9.

Da Redação

www.servidorpublicoms.com.br

O prêmio confirmou uma frase da presidente do Sicoob Ipê, Elza Jorge, dita no final da tarde do mesmo dia 9, durante o encerramento das atividades do Movimento 2020, promovido pelo Sicoob Central Rondon. “Nossa Cooperativa é a menor da Central, mas não por muito tempo”. Frase esta lembrada pelo diretor executivo do Sicoob Central Rondon, Clademir



Em um ano de estruturação e desafios, o Sicoob Ipê contratou 15 novos colaboradores

Salmoria, no momento da entrega do troféu de destaque.

Ao final do Movimento, que reuniu mais de 200 colaboradores das oito cooperativas ligadas ao Sicoob Central Rondon,

dos estados de MT, MS e RO, Elza Jorge fez um rápido relato sobre sua atuação no comando do Sicoob Ipê. “O que mais me motiva é que estamos gerando emprego, distribuindo renda e ajudando a financiar em-

preendimentos. Temos um bom caminho e bem sedimentado para trilhar. Acredito cada dia mais nisso e contamos com a nossa Central. Se já surpreendemos, em 2020 vamos surpreender cada vez mais”, declarou.

Metas superadas e sobras de R\$ 661 mil no ano

Conforme o Sicoob Central Rondon, esse crescimento de 63,31% corresponde ao incremento registrado nos 12 meses de 2019, porém, comparado à soma dos resultados das cooperativas Cocresul e Aliança, que foi de R\$ 27,7 milhões em recursos totais em 2018. As duas se uniram em março de 2019 e nasceu o Sicoob Ipê.

O Sicoob Ipê bateu a meta da Central Rondon em 120,67% no incremento de recursos totais em 2019, ultrapassando os R\$ 45 milhões. Em depósito a prazo, a Cooperativa superou o valor estipulado em mais de 150%; meta também cumprida no depósito à vista, que chegou a R\$ 8,6 milhões em 2019.

Em um ano de estruturação e novos desafios, o Sicoob Ipê apresentou R\$ 661 mil em sobras em 2019, o maior valor da história, e contratou 15 colaboradores em Campo Grande. Em 2018, o resultado positivo da Cooperativa foi de R\$ 237 mil.



Elza Jorge fez um rápido relato sobre sua atuação no comando do Sicoob Ipê

Atenção associados e dependentes



A Diretoria da AME-MS solicita a todos os associados e dependentes que entrem em contato urgente na sede administrativa da associação na rua Senador Queiroz-1247 jd Leblon, para providenciar atualização cadastral de endereço, munidos de documentos pessoais.

Maiores informações 3027-1434.

Conselho alertou Geraldo sobre escândalos de OS e gasto dobra com terceirização de HR

O Conselho Estadual de Saúde alertou o secretário estadual de Saúde, Geraldo Resende, sobre as denúncias de improbidade administrativa e desvios contra o Instituto Acqua, contratado em regime de emergência e sem licitação em março do ano passado. Além disso, o gasto com o Hospital Regional Dr. José Simone Netto, de Ponta Porã, dobrou após a terceirização.

Edivaldo Bitencourt

www.ojacare.com.br

Apesar de ter sido alertado pelos integrantes do conselho, o tucano manteve o contrato e não impôs obstáculos para a Organização Social ser a vencedora da licitação concluída no dia 20 de dezembro do ano passado. O Acqua foi habilitado e deverá assinar o contrato para receber R\$ 4,499 milhões por mês para administrar o hospital.

De acordo com o presidente do Conselho Estadual de Saúde, Florêncio Garcia Escobar, quando o Governo do Estado administrava o hospital pontaporanense, o gasto mensal era de aproximadamente R\$ 2 milhões. Agora, com a terceirização, houve aumento de 126% no gasto, considerando-se o desembolso atual de R\$ 4,526 milhões.

“Nós somos contrários à terceirização da saúde. A saúde tem que ser gerenciada e administrada pelo Estado. Só em caso de o Estado não ter o serviço que poderia, ele pode comprar de terceiros. Os serviços instalados têm que ser tocados pelo

Estado”, defendeu Escobar.

“Fica fácil o Estado instalar os serviços e repassar para a iniciativa privada. Quem não quer? Quando deixa de dar lucro abandona, como fez a empresa anterior”, afirmou o dirigente.

“O hospital de Ponta Porã tinha uma contratualização de cerca de 2 milhões por mês quando era tocado pelo poder público. Hoje, depois da ‘terceirização’ custa 4,5 milhões por mês. Tá gastando mais e a demanda, que era livre, hoje é regulada”, explicou. “Deveria no mínimo dobrar o atendimento”, defendeu.

Outro ponto polêmico é a série de denúncias contra o Instituto Acqua, que acabou levada ao Tribunal de Contas do Estado pelo comerciante Pedro Vernal. Na esperança de ver a corte fiscal agir, já que custa uma fortuna ao contribuinte, ele pediu a concessão de liminar para suspender a assinatura do novo contrato.

O advogado Laércio Arruda Guilhem citou as ações de improbidade administrativa e denúncias de corrupção em São Paulo e Santa Catarina. Só em três municípios paulistas, o Ministério Público Estadual cobra a devolução de R\$ 141 milhões.

Em nota para contestar a denúncia, Geraldo Resende destacou que não tem conhecimento de processos contra a OS. A declaração causou polêmica, porque o assunto teria sido discutido em uma reunião



Secretário de Saúde foi alertado de que OS estava envolvida em escândalos



Bueno alertou secretário sobre escândalos após fazer uma pesquisa simples no Google

do Conselho Estadual de Saúde.

As denúncias contra o Acqua teriam sido apresentadas pelo presidente do Sintss (Sindicato dos Trabalhadores na Seguridade Social), Ricardo Bueno. “Fiz uma busca simples no google e encontrei várias denúncias”, lembrou. Além disso, ele contou que pediu ao secretário para investigar melhor a OS antes de efetivar a contratação.

Resende não só ignorou o alerta, como a recomendação do

Conselho Estadual de Saúde, que é contra o repasse dos hospitais públicos para serem geridos pelas organizações sociais.

“A posição do CES/MS já deliberada é contra o processo de terceirização da saúde”, enfatizou Florêncio Garcia Escobar.

“Deste modo, não houve qualquer obstáculo legal à participação do Instituto ACQUA no certame promovido pela SES/MS para selecionar OSs para gerenciar o HRDJSN”, destacou o secretário.

Ele vem lutando agora para repassar o Hospital Regional de Mato Grosso do Sul Rosa Pedrossian, o segundo maior do Estado, para uma OS. Em 2016, Reinaldo Azambuja (PSDB) foi ao horário eleitoral prometer que jamais repassaria a gestão do HR para a iniciativa privada.

Promessa de campanha no Brasil não tem muita credibilidade, infelizmente. O primeiro passo para um país se tornar sério é a classe política cumprir os compromissos e tratar o cidadão com respeito.